

MANGELS INDUSTRIAL S.A.- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.065.298/0001-02

NIRE 35.300.020.171

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A ser convocada para 29.04.2016

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Índice:

1. Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia – pgs. 2 a 40
2. Proposta de destinação do resultado do exercício de 2015 – pgs. 41 a 47
3. Proposta de remuneração dos administradores – pgs. 48 a 61
4. Eleição de membros para o Conselho de Administração e instalação do Conselho Fiscal – pgs. 62 a 65
5. Grupamento das ações ordinárias e preferenciais – pgs. 66 a 69

MANGELS INDUSTRIAL S.A.- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

Comentários dos Diretores

(em conformidade com o disposto no artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 – Item 10 do Formulário de Referência).

1. Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

ITEM 10. Comentários dos diretores

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2015

Em 2015 o Brasil enfrentou cenários econômicos desafiadores, tanto no ambiente internacional como no interno. No ambiente internacional, a queda dos preços das commodities e a desaceleração da economia chinesa contribuíram de forma negativa, afetando os setores predominantemente exportadores da economia brasileira. Somando-se a isso, a política monetária dos Estados Unidos, de alta dos juros, também contribuiu para aumentar a preocupação do Brasil e de demais países quanto à possível fuga de capitais em direção aos EUA, bem como volatilidade da economia global.

No ambiente interno, a política econômica dos últimos anos foi pautada por uma política expansionista através de redução de impostos, congelamento de preços e o consequente déficit primário nas contas do governo, o que provocou muita incerteza quanto ao controle da inflação, provocando, inclusive a desvalorização do Real de 46,6% frente ao Dólar. E para combater a inflação decorrente destas políticas, o Banco Central foi obrigado a iniciar uma forte escalada de juros SELIC a partir de 2013, sendo que os mesmos, que estavam em 7,25% em abril daquele ano, chegaram a 14,25% a partir de julho de 2015, estando neste mesmo nível até hoje. A consequência destas medidas foi uma forte freada do ritmo da economia brasileira, principalmente no setor automobilístico, tendo como consequência muitas demissões, alta do desemprego, e redução da atividade econômica em geral. Estes fatores, portanto, criaram um cenário de grande incerteza, tanto nas decisões de investimento pelas empresas, como nos consumidores, com medo de gastar.

A lentidão da economia, a queda da demanda, os juros em patamares elevados, a dificuldade de controle das contas públicas e um cenário de alta da inflação, foram importantes fatores de compressão da rentabilidade das empresas. Com as empresas lucrando menos, a arrecadação do governo ficou comprometida, mesmo diante da

urgência do ajuste fiscal, que já enfrenta a dura oposição do Congresso Nacional. E para atingir a meta de superávit primário de 2015, o Governo anunciou cortes em várias pastas do orçamento Federal e aumento de impostos, sem sucesso, o que deverá provocar efeitos negativos sobre a atividade econômica em 2016.

As atividades da Mangels estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, e a forte queda de atividade dos mesmos teve forte influência na Empresa e especialmente no PIB nacional, sendo que vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas tiveram queda de vendas de 22%, 45% e 17%, respectivamente, no ano de 2015, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O número de recuperações judiciais deferidas em todo o Brasil em 2015 foi de 1.044 registros, número 56% maior do que o registrado em 2014, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. O resultado divulgado de 2015 é o maior para o acumulado anual, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências, em junho de 2005.

Em 1º de novembro de 2013 a Companhia e as controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda. EPP ajuizaram ação de Recuperação Judicial.

A aprovação oficial do Plano de Recuperação Judicial da Mangels se deu em dezembro de 2014, sendo que a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano no dia 5, a decisão homologatória da Recuperação Judicial foi proferida no dia 10, e a publicação no Diário da Justiça Eletrônica se deu no dia 15.

Os detalhes do Plano de Recuperação Judicial foram divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Quanto ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem seguindo com rigor e disciplina todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores. Acumulamos até dezembro de 2015 o total de R\$ 18,2 milhões pagos. De acordo com o Plano para 2016, o pagamento de R\$43 milhões já está programado em nosso fluxo de pagamentos a credores.

PERSPECTIVAS

Foi sinalizada através do boletim Focus, base março, retração de 3,5% do PIB para 2016. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 7,97% e a continuidade de juros altos. A conjunção da falta de crescimento, alta da inflação e juros elevados, sinaliza um preocupante cenário para os negócios, com uma acentuada consequência de redução dos empregos no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central, não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,50 e R\$4,00 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (fevereiro de 2016), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção de queda do PIB no Brasil em 2016, alterando-a de -2,5% para -3,8%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual. O Fundo também reduziu a estimativa de crescimento do Brasil em 2017, de 0,5%, para 0%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial crescerá 3,4% em 2016, projeção igual àquela estimada no relatório atualizado de outubro de 2015. Isso se deve à desaceleração e desequilíbrio da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões em algumas das grandes economias emergentes.

Para a Mangels, o ano de 2016 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios. A Companhia continua envidando esforços para implementar as etapas do Plano de Recuperação Judicial, detalhado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e divulgadas em 31 de março de 2015.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e na condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

Com relação ao segmento de aço, na qual a Companhia está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local da Honda, a maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 87 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

Apesar de projeções de queda da economia brasileira em 2016, a Mangels pretende, no mínimo, repetir os volumes de 2015, e buscará o crescimento em 2016.

A despeito do cenário macroeconômico não favorável, a Companhia está ciente dos seus desafios e está confiante na retomada da lucratividade e a sua recuperação.

2014

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a sua previsão de crescimento para a economia mundial, esperando agora uma redução para 3,5% em 2015 e de 3,7% em 2016, em vez dos 3,8% e 4%, em relação aos percentuais anunciados em outubro. Para o Brasil, o Fundo prevê 2015 com crescimento de apenas 0,3%, uma redução drástica em relação ao avanço do PIB de 1,4% anunciado em outubro passado.

No Brasil foi sinalizado, através do boletim Focus, crescimento de 0,15% do PIB para 2015. Ante a baixa expectativa de crescimento econômico o mercado sinaliza uma projeção de inflação de 8,18%, com pequeno viés de alta em relação à última projeção, e a continuidade de juros altos. A conjunção entre baixo crescimento, alta da

inflação e juros elevados em 13,25% a.a., é o mais temível cenário para os negócios que deveriam implicar em ajustes significativos nas políticas econômicas vigentes. O Governo admite que ajustes nas políticas monetária e fiscal, são fundamentais para manter o equilíbrio e as melhores condições macroeconômicas.

A crise hídrica coloca o Brasil cada vez mais próximo do racionamento de energia elétrica e água, mas ainda não foi demonstrado nenhum plano para que tais fatos não ocorram.

Em relação a Política cambial, fica mais claro que tanto o Ministério da Fazenda quanto do Banco Central, não desejam valorizações do real que possam ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica, o que deve manter o dólar na casa dos R\$ 3,00.

O cenário apresentado para 2015 leva a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitirá à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

PERSPECTIVAS

O ano de 2015 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e da condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Empresa apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, com participação no mercado de aproximadamente 46%.

Com relação ao segmento de aço na qual a Empresa está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local do maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 86 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

A Companhia está confiante na viabilidade econômica de seus negócios, e não medirá esforços para atingir o seu principal objetivo, que é de sua recuperação.

2013

O cenário econômico mundial pouco se alterou desde o 3º trimestre de 2013, mesmo com a mudança na condução da política monetária dos Estados Unidos, com a posse da nova presidente do Federal Reserve (FED), e não há sinais de bruscas mudanças com relação à política anterior. Na Zona do Euro há ainda um forte cenário de recessão, não se vislumbrando alterações no curto prazo.

No Brasil, o ano foi marcado pelo aumento de taxas de juros, pressões inflacionárias, elevado grau de volatilidade cambial e nível de endividamento dos consumidores. Ainda há uma forte desconfiança por parte dos investidores em relação à condução da política fiscal brasileira e resistência por parte do governo em reduzir seus gastos.

O crescimento do PIB brasileiro em 2013 foi de 2,3%, sendo este o 4º ano seguido de crescimento menor do que os da América Latina e Caribe que apresentaram um crescimento médio de 3,2%. Com efeito, segundo o FMI, o Brasil deverá perder posições entre as maiores economias do mundo, caindo para o 9º lugar, perdendo posições para Itália e Rússia, que ocuparão o 8º e 7º lugares, respectivamente.

O ano de 2014 inicia com perspectiva de racionamento de água e energia elétrica, continuidade de aperto na política monetária e de volatilidade no câmbio, que levam a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais (ITR) do 3º trimestre de 2013, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

Em 24 de janeiro de 2014, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, cujo objetivo é viabilizar a superação da crise econômico-financeiro da Companhia.

O plano apresentado contempla uma série de medidas que visam a melhoria de seus resultados operacionais, do equacionamento das dívidas dentro dos prazos e condições compatíveis com a sua disponibilidade e de acordo com a lei. Dentre elas, podemos destacar: **(a) governança**: considerando que o Conselho de Administração se encontra com a sua composição mínima, a Companhia incorporará conselheiros independentes; o atual presidente do Conselho de Administração, que acumula o cargo na função de Presidente, deverá deixar esta última posição e contratar um novo Diretor Presidente. A Companhia contratou Diretor Comercial em dezembro de 2013 e para complementar a sua diretoria deverá contratar Diretor Financeiro e Industrial. **(b) reestruturação organizacional**: foi formado um Comitê Executivo para Recuperação da Companhia. Este comitê tem a coordenação do CRO (Chief Restructuring Officer), executivo anteriormente responsável pela Auditoria Interna, sendo que ambos os cargos respondem para o Conselho de Administração. Este comitê já iniciou um programa de redução de custos e despesas operacionais e administrativas, por meio de integrações e reestruturações. A Sede da Empresa foi transferida para um escritório de reduzida dimensão em São Paulo e a equipe administrativa foi reduzida e

transferida para a instalação fabril de São Bernardo do Campo. Nos negócios de Rodas, Cilindros e Aços estão sendo feitas análises aprofundadas dos processos de produção e racionalização da força de trabalho.

Como parte do processo de RJ, a Empresa está aguardando a publicação dos editais contendo o aviso de entrega do Plano de Recuperação e a relação de credores elaborada pela Administradora Judicial, nomeada pelo Juiz responsável pela RJ, KPMG Corporate Finance Ltda.

Em seguida, os credores poderão apresentar impugnação quanto ao crédito, no prazo de 10 dias e/ou objeção ao plano de recuperação, no prazo de 30 dias, ambos contados da publicação do edital. Após este período, o Plano será submetido à Assembleia Geral dos Credores.

A aprovação e o sucesso desse plano de recuperação econômica é condição necessária para permitir à Companhia a realização de seus ativos pelos valores apresentados nas suas demonstrações contábeis e o cumprimento das suas obrigações no curso normal de suas atividades.

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas,
indicando:**

- i. hipóteses de resgate

não se aplica

- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

não se aplica

**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros
assumido**

A dívida da Companhia em 31/12/2015 e 31/12/2014 está demonstrada abaixo:

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO			
<i>R\$ Milhões</i>	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
FINANCIAMENTOS			
Curto Prazo	20,9	1,3	
Longo Prazo	550,6	436,2	
	571,5	437,5	31%
DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa	29,3	42,6	
Títulos e valores mobiliários	8,8	3,0	
	38,1	45,6	-16%
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	533,4	391,9	36%

A dívida será paga em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial aprovado em 05 de dezembro de 2014. Maiores detalhes estão divulgados nas notas explicativas, nº 1.1.1 das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014.

Para honrar os compromissos, a Companhia poderá lançar mão de quaisquer meios de captação de recursos, desde que expressamente previstos no artigo 50 da Lei nº 11.101/2005, dentre os quais destacamos:

- a) Alienação parcial de quaisquer ativos permanentes e/ou imobilizados;
- b) Alienação da planta de São Bernardo do Campo;
- c) Capitalização;
- d) Alteração do controle societário.

Todas as formas de captação, mencionados acima estarão sujeito à aprovação prévia dos credores reunidos em Assembleia Geral dos Credores.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A empresa tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende se utilizar de nenhum financiamento.

e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes;
- ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

	<u>31/12/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2014</u>
Endividamento		
Sujeito a recuperação judicial		
Moeda nacional	245.961	214.317
Moeda estrangeira	<u>316.843</u>	<u>212.271</u>
	562.804	426.588
Não sujeito a recuperação judicial		
Moeda nacional	<u>8.720</u>	<u>10.900</u>
Total da dívida	<u><u>571.524</u></u>	<u><u>437.488</u></u>

Conforme mencionado no item “capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos”, 98% da total dívida da Companhia estão sujeitos ao plano de recuperação de judicial.

A dívida será liquidada em aproximadamente 10 anos, conforme abaixo:

Ano	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
2016	20.916
2017	54.863
2018	59.232
2019	73.907
2020	43.193
2021	43.508
2022	43.510
2023	55.580
2024	175.494
2025	834
2026 em diante	487
	<u><u>571.524</u></u>

Fontes de Liquidez adicional

A Empresa tem se utilizado somente da geração de caixa operacional próprio.

- i. grau de subordinação entre as dívidas.

não se aplica

- ii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários a à alienação de controle societário.

não se aplica

f. Limites de utilização dos financiamentos já contratados*não se aplica***g. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Principais alterações nas contas de Resultados nos anos de 2015 x 2014 x 2013 - (em R\$ mil)

	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015/2014	2014/2013
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS					
Mercado interno	519.097	542.886	598527	(23.789)	(55.641)
Mercado externo	19.043	24.845	22.208	(5.802)	2.637
	<u>538.140</u>	<u>567.731</u>	<u>620.735</u>	<u>(29.591)</u>	<u>(53.004)</u>
Imposto sobre vendas e serviços	(110.663)	(117.790)	(133.335)	7.127	15.545
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	<u>427.477</u>	<u>449.941</u>	<u>487.400</u>	<u>(22.464)</u>	<u>(37.459)</u>
Custo dos produtos e serviços vendidos	<u>(393.782)</u>	<u>(403.257)</u>	<u>(468.770)</u>	<u>9.475</u>	<u>65.513</u>
LUCRO BRUTO	<u>33.695</u>	<u>46.684</u>	<u>18.630</u>	<u>(12.989)</u>	<u>28.054</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	(9.767)	(11.811)	(15.066)	2.044	3.255
Gerais e administrativas	(32.918)	(34.843)	(38.352)	1.925	3.509
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.368	(14.634)	(17.449)	19.002	2.815
	<u>(38.317)</u>	<u>(61.288)</u>	<u>(70.867)</u>	<u>22.971</u>	<u>9.579</u>
RESULTADO OP. ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS	(4.622)	(14.604)	(52.237)	9.982	37.633
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	4.390	6.758	7.200	(2.368)	(442)
Despesas financeiras	(46.782)	(26.504)	(44.973)	(20.278)	18.469
Variações cambiais-fundo exclusivo	-	-	6.047	-	(6.047)
Variações monetárias e cambiais	(95.347)	(9.122)	(22.145)	(86.225)	13.023
	<u>(137.739)</u>	<u>(28.868)</u>	<u>(53.871)</u>	<u>(108.871)</u>	<u>25.003</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(142.361)	(43.472)	(106.108)	(98.889)	62.636
Imposto de renda e contribuição social	(1.277)	(883)	(31.153)	(394)	30.270
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(143.638)</u>	<u>(44.355)</u>	<u>(137.261)</u>	<u>(99.283)</u>	<u>92.906</u>

Análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus o ano de 2014

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

R\$ Milhões	1º Trim 2015	2º Trim 2015	3º Trim 2015	4º Trim 2015	Acumulado 2015	1º Trim 2014	2º Trim 2014	3º Trim 2014	4º Trim 2014	Acumulado 2014
Receita Bruta	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1	134,7	147,8	153,7	131,5	567,7
Receita Líquida	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5	108,7	118,6	118,3	104,3	449,9
<i>Mercado Interno</i>	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5	102,9	109,4	113,9	98,9	425,1
<i>Mercado Externo</i>	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0	5,8	9,2	4,4	5,4	24,8
CPV	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)	(97,4)	(106,0)	(106,5)	(93,4)	(403,3)
Lucro Bruto	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7	11,3	12,6	11,8	10,9	46,6
<i>Margem Bruta</i>	0,6%	14,5%	10,4%	5,5%	7,9%	10,4%	10,6%	10,0%	10,5%	10,4%
Despesas Operacionais	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)	(10,0)	(12,9)	(11,8)	(11,9)	(46,7)
Vendas, adm. e gerais	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4	(1,0)	(1,8)	(1,3)	(10,5)	(14,6)
Outras receitas (despesas)										
Lucro (Prejuízo) Operacional	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)	0,3	(2,1)	(1,4)	(11,5)	(14,7)
Resultado Financeiro	(50,8)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)	(3,2)	(4,7)	(29,7)	8,8	(28,8)
Despesa Financeira	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)	(9,7)	(10,0)	(10,7)	3,9	(26,5)
Receita Financeira	0,4	1,9	0,8	1,3	4,4	0,5	0,4	1,0	5,0	6,8
Variação cambial líquida	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)	6,1	4,9	(20,0)	(0,1)	(9,1)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)	(2,9)	(6,8)	(31,0)	(2,8)	(43,5)
Imposto de renda e contribuição social	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)	(0,2)	(0,3)	(0,1)	(0,3)	(0,9)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)	(3,3)	(6,9)	(31,1)	(3,1)	(44,4)
EBITDA	(4,9)	8,9	6,4	5,1	15,5	4,5	2,7	4,1	(6,4)	4,9

As **vendas brutas** consolidadas da Companhia apresentaram uma redução de 14% no 4º trimestre de 2015 e de 5% no acumulado do ano de 2015, quando comparadas ao mesmo período de 2014. Isto ocorreu devido às reduções nos segmentos que atua, conforme citados no cenário econômico.

As **vendas líquidas** consolidadas de R\$ 90,8 no 4º trimestre de 2015 e de R\$ 427,5 milhões no ano de 2015 tiveram reduções de 13% e 5% respectivamente. O forte impacto neste trimestre foi ocasionado pela drástica queda do negócio de Cilindros, principalmente na venda de botijões novos, com uma queda de mercado em torno de 35%.

O **lucro bruto** consolidado alcançou R\$ 5 milhões no 4º trimestre de 2015 e 33,7 milhões no ano de 2015, atingindo o percentual de 7,9% de margem bruta.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 8,5 milhões no 4º trimestre de 2015 e R\$ 42,7 milhões no ano de 2015, versus R\$ 11,9 milhões no 4º trimestre de 2014 e R\$ 46,7 milhões no ano de 2014, refletindo uma redução de 29% e 9% respectivamente, reflexo das ações de reestruturação da Companhia na redução de custos e adequações ao mercado.

Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** negativo no ano de 2015, de R\$ 4,6 milhões, muito abaixo do prejuízo de R\$ 14,7 milhões no mesmo período de 2014.

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 137,7 milhões no ano de 2015 foi muito superior ao verificado no mesmo período do ano anterior, sendo que esse aumento se deu principalmente pela desvalorização expressiva de 46,6% do Real frente ao Dólar, o que provocou o reconhecimento de R\$ 95,2 milhões de aumento no saldo da dívida quando convertidos para Reais e a consequente despesa de variação cambial em seu resultado. Este efeito não afeta o caixa da Companhia no curto prazo, que tem quase toda a sua dívida de principal e juros registrados como financiamento de longo prazo.

O **resultado final** consolidado das operações no ano de 2015 apresentou um prejuízo de R\$ 143,6 milhões, fortemente impactado pelo Resultado Financeiro.

O **EBITDA** do ano de 2015 foi de R\$ 15,5 milhões, versus R\$ 4,9 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de 216%.

Análise do resultado consolidado do ano de 2014 versus o ano de 2013

O ano de 2014 foi marcado pelo desempenho aquém do esperado da produção industrial brasileira e pela desvalorização do dólar frente ao real. Estes fatores influenciaram o resultado apresentado pela Companhia.

Apesar da **receita de vendas** de 2014 ter sido menor em 8,5%, devido principalmente a descontinuidade do negócio de São Bernardo do Campo em 2013, o negócio de Cilindros apresentou desempenho superior ao de 2013, compensando a redução pelo fechamento do negócio de Aços.

O **lucro bruto** consolidado foi 51,1% superior ao apresentado em 2013, fruto do trabalho focado em redução de custos e ganhos de produtividade.

Tanto as **despesas comerciais e administrativas** como **outras receitas e (despesas)** apresentaram redução de 12,7% e 16,1% respectivamente, apesar dos gastos com a ação de recuperação judicial no montante de R\$ 7,0 milhões e provisões para processos contingenciais de impostos no valor de R\$ 10,7 milhões.

Muito embora o lucro bruto e as despesas tenham apresentado desempenho superior ao do mesmo período do ano de 2013, o **resultado operacional** foi de prejuízo de R\$ 14,6 milhões. Esse resultado é muito superior ao resultado de 2013, que foi de prejuízo de R\$ 52,2 milhões.

O **resultado financeiro de 2014** registrou redução de R\$ 25,0 milhões quando comparado ao resultado de 2013. Essa redução se deu ao não reconhecimento de encargos financeiros desde o pedido de recuperação até a sua efetiva aprovação.

O **resultado final** no ano de 2014 ainda apresentou prejuízo de R\$ 44,4 milhões frente ao prejuízo de R\$ 137,2 milhões registrado em 2013.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos anos de 2015 x 2014 x 2013

(em R\$ mil)

ATIVO	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015 x 2014	2014 x 2013
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	35.236	42.631	26.090	(7.395)	16.541
Títulos e valores mobiliários	2.934	2.992	3.170	(58)	(178)
Contas a receber de clientes	32.237	34.727	37.751	(2.490)	(3.024)
Estoques	58.336	53.997	85.243	4.339	(31.246)
Tributos a recuperar	19.702	20.383	29.779	(681)	(9.396)
Despesas antecipadas	377	353	339	24	14
Outros ativos	9.302	13.089	10.221	(3.787)	2.868
Total do ativo circulante	158.124	168.172	192.593	(10.048)	(24.421)
NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado destinado a venda	71.007	75.978	76.893	(4.971)	(915)
Tributos a recuperar	432	2.109	2.111	(1.677)	(2)
Depósitos judiciais	11.244	9.528	8.976	1.716	552
Outros ativos	771	759	889	12	(130)
Imobilizado	149.528	151.289	158.080	(1.761)	(6.791)
Intangível	6.087	9.790	9.047	(3.703)	743
Diferido	-	-	26	-	(26)
Total do ativo não circulante	239.069	249.453	256.022	(10.384)	(6.569)
TOTAL DO ATIVO	397.193	417.625	448.615	(20.432)	(30.990)

PASSIVO	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	2015 x 2014	2014 x 2013
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	16.478	22.715	78.857	(6.237)	(56.142)
Empréstimos e financiamentos	20.916	1.299	403.520	19.617	(402.221)
Salários e encargos sociais	14.620	11.572	13.185	3.048	(1.613)
Tributos a recolher	2.804	1.742	4.090	1.062	(2.348)
Tributos parcelados	1.004	1.286	1.769	(282)	(483)
Dividendos propostos	-	-	27	-	(27)
Contas a pagar - descontinuidade de negócios	21.068	18.302	22.175	2.766	(3.873)
Outros passivos	12.788	19.106	17.280	(6.318)	1.826
Total do passivo circulante	89.678	76.022	540.903	13.656	(464.881)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	20.832	26.600	-	(5.768)	26.600
Empréstimos e financiamentos	550.608	436.189	-	114.419	436.189
Provisão para riscos e discussões judiciais	26.799	24.166	13.669	2.633	10.497
Tributos parcelados	3.067	4.077	3.977	(1.010)	100
Outras contas a pagar	4.235	4.959	125	(724)	4.834
Total do passivo não circulante	605.541	495.991	17.771	109.550	478.220
TOTAL DO PASSIVO	695.219	572.013	558.674	123.206	13.339
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	171.273	171.273	171.273	-	-
Resultados abrangentes	10.761	11.216	11.703	(455)	(487)
Prejuízos acumulados	(480.060)	(336.877)	(293.035)	(143.183)	(43.842)
Total do patrimônio líquido	(298.026)	(154.388)	(110.059)	(143.638)	(44.329)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	397.193	417.625	448.615	(20.432)	(30.990)

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2015 em comparação com o ano de 2014

Principais contas do Ativo:

. *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$ 7,4 milhões em 2014 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de fornecedores.

. *Contas a receber de clientes* - a redução de R\$ 2,5 milhões foi em decorrência de redução das vendas em 2015, quando comparado a 2014, conforme comentado do tópico receita de vendas - análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus 2014.

. *Estoques* – aumento de R\$ 4,3 milhões em 2015 em relação ao ano de 2014 é decorrente de estoque estratégico devido as oscilações do mercado.

. *Outros ativos* - redução de R\$ 3,8 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo. Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo) – a dívida em 2015 era de R\$ 571,5 milhões versus R\$ 437,5 milhões em 2014, o aumento registrado é decorrente basicamente da variação cambial dos empréstimos atrelados a moeda norte americana.

Fornecedores (curto e longo prazo) - em 2015 o valor registrado foi de R\$ 37,3 milhões versus R\$49,3 milhões em 2014, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2015. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	Consolidado
	31/12/2015
2015	-
2016	16.478
2017	5.408
2018	5.366
2019	5.366
2020	1.564
2021	1.564
2022	1.564
	<u>37.310</u>

Provisão para riscos e discussões judiciais- o aumento de R\$ 2,6 milhões é referente a créditos de ICMS e de contribuições previdenciárias que a Companhia vem compensando e por conservadorismo efetua a provisão no mesmo montante.

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2014 em comparação com o ano de 2013

Principais contas do Ativo:

. *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – o aumento de R\$ 16,4 milhões em 2014 nestas contas foram decorrentes da contenção de custos e despesas e do esforço no contingenciamento das contas do capital de giro.

. *Contas a receber de clientes* - a redução de R\$3,0 milhões foi em decorrência de redução das vendas em 2014, quando comparado a 2013, conforme comentado do tópico receita de vendas - análise do resultado consolidado do ano de 2014 versus 2013.

. *Estoques* – redução de R\$ 31,3 milhões em 2014 em relação ao ano de 2013 é decorrente de gerenciamento rigoroso dos estoques e também da não necessidade de efetuar adiantamentos a fornecedores de matéria prima como havia ocorrido em 2013.

. *Tributos a recuperar* - redução de R\$ 9,3 milhões refere-se a compensação com tributos e contribuições previdenciárias a recolher e também de baixa contábil de ICMS a recuperar sobre ativos em razão do não aproveitamento destes créditos.

. *Outros ativos* - aumento de R\$ 2,7 milhões está relacionado ao aumento na conta de adiantamento a fornecedores diversos.

Principais contas do Passivo

. *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2013 era de R\$ 403,5 milhões versus R\$ 437,5 milhões em 2014, o aumento registrado é decorrente basicamente da variação cambial dos empréstimos atrelados a moeda norte americana.

Fornecedores (curto e longo prazo)- em 2013 o valor registrado foi de R\$ 78,9 milhões versus R\$49,3 milhões em 2014, a redução verificada é decorrente de pagamentos a vista a fornecedores devido a diminuição de créditos em razão da recuperação judicial. O valor de R\$ 30,5 milhões está sujeito a recuperação judicial e será pago até o ano de 2022. Abaixo segue demonstrado o fluxo de pagamento:

Ano	31/12/2014 Consolidado
2015	22.715
2016	4.313
2017	5.660
2018	5.660
2019	5.660
2020	1.769
2021	1.769
2022	1.769
	49.315

Provisão para riscos e discussões judiciais- o aumento de R\$ 10,5 milhões é referente a créditos de ICMS e de contribuições previdenciárias que a Companhia vem compensando e por conservadorismo efetua a provisão no mesmo montante.

Outras contas a pagar (longo prazo): aumento de R\$4,8 milhões. Este aumento é decorrente de contas a pagar relacionado a ação da recuperação judicial.

10.2 – Os Diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comentários dos negócios

AÇOS

R\$ Milhões	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
Receita Bruta	47,0	55,8	-15,8%
Receita Líquida	43,2	52,2	-17,2%
<i>Mercado Interno</i>	43,2	52,2	-17,2%
CPV	(38,0)	(44,1)	-13,8%
Lucro Bruto	5,2	8,1	-35,8%
<i>Margem Bruta</i>	12,0%	15,5%	-3,5%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels, em Manaus, bem como eixos traseiros para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais em forma de lâminas de aço em perfil de “V”.

A receita líquida do ano de 2015 deste segmento foi de R\$ 43,2 milhões, com uma redução de 17% frente ao registrado no mesmo período do ano de 2014. E mesmo com as quedas verificadas nos mercados de motocicletas e automóveis, ocasionadas pelas restrições do crédito e o aumento das taxas de juros bancários, o lucro bruto atingiu o valor de R\$ 5,2 milhões, com uma margem bruta com 12% no ano.

RODAS

R\$ Milhões	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
Receita Bruta	303,2	284,2	6,7%
Receita Líquida	239,9	227,1	5,6%
<i>Mercado Interno</i>	223,3	207,4	7,7%
<i>Mercado Externo</i>	16,6	19,7	-15,7%
CPV	(236,2)	(216,3)	9,2%
Lucro Bruto	3,7	10,8	-65,7%
<i>Margem Bruta</i>	1,5%	4,8%	-3,3%

O mercado automotivo, segmento no qual o negócio de Rodas está inserido, apresentou produção de automóveis e veículos comerciais leves de 2.313 mil unidades no ano de 2015 versus 2.972 mil unidades para o mesmo período de 2014, provocando uma queda de 22%, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

No entanto, o faturamento líquido do negócio de Rodas foi de R\$ 239,9 milhões, valor 6% superior ao apresentado em 2014, apesar da desaceleração que o setor automotivo vem atravessando. Este bom desempenho é decorrente da estratégia

tomada pela Companhia em investir em tecnologia para adequação dos novos processos de acabamento na produção de rodas.

CILINDROS

R\$ Milhões	31/12/2015	31/12/2014	Varição (%)
Receita Bruta	187,9	227,7	-17%
Receita Líquida	144,4	170,6	-15%
<i>Mercado Interno</i>	142,0	165,5	-14%
<i>Mercado Externo</i>	2,4	5,1	-53%
CPV	(119,6)	(142,8)	-16%
Lucro Bruto	24,8	27,8	-11%
<i>Margem Bruta</i>	17,2%	16,3%	0,9%

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, reservatórios de ar para caminhões e ônibus, prestação de serviços de requalificação de recipientes para GLP e de separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

As empresas que atuam no setor de GLP diminuíram drasticamente a sua demanda por botijões novos em aproximadamente 30% e também de serviços de requalificação, quando comparada com o desempenho de 2014. Isso ocorreu pelas incertezas do momento político, econômico e financeiro, porém já demonstraram sinais de recuperação a partir do final de 2015.

O mercado de veículos pesados caiu fortemente, provocando uma queda de 47% nas vendas de reservatórios de ar, o que impactou seriamente a rentabilidade deste produto.

Apesar das quedas nas vendas de botijões novos e reservatórios de ar, a receita líquida do ano de 2015 atingiu R\$ 144,4 milhões, apresentando redução de 15% comparado ao mesmo período de 2014. Mesmo com todas as adversidades, o lucro bruto foi de R\$ 24,8 milhões no ano de 2015 e a margem bruta no acumulado do ano ainda assim demonstra o crescimento de 0,9 pontos percentuais, saindo de 16,3% no ano 2014 para 17,2% no ano de 2015. Esse bom desempenho é devido a vendas de produtos de maior valor agregado e esforços na redução de custos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica

- c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Rodas: A maior influencia neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Empresa paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes Negócios. Para o negócio de Cilindros, a influencia da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros:

A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Empresa devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

não se aplica

- b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

não se aplica

- c. Eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram eventos ou operações não usuais

10.4. Os diretores devem comentar

- a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos:

Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRSs*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2015, incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 143.638 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 480.060 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2016.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos:

Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma

opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2014, incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 44.355 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 336.877 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1.1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram, anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório datado de 14 de abril de 2014, contendo abstenção de opinião, em decorrência de ressalvas referente aos seguinte assuntos: **(i)** falta de aprovação do plano de recuperação judicial; **(ii)** continuidade operacional; **(iii)** não preparação de demonstrações contábeis em base de liquidação e **(iv)** incerteza quanto a realização dos ativos e pagamento dos passivos, assuntos estes endereçados substancialmente, com a aprovação do plano de recuperação judicial em 2015, não resultando em impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 27 de março de 2015.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório dos auditores sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Relatório com abstenção de opinião

Administradores e Acionistas da

Mangels Industrial S.A.

São Paulo - SP

1. Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A – em recuperação judicial (“Companhia”), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as

respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria e desta forma, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

Base para abstenção de opinião

4. Conforme divulgado na nota explicativa no. 1, em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. A assembleia geral de credores, nos termos da referida Lei, votará pela aprovação ou não do referido plano em prazo que não excederá a 180 dias contados do deferimento do processamento da recuperação judicial. A Companhia apresentou ainda, a lista de credores que serão pagos nos termos deste plano, não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013, tendo em vista a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação ou não do plano de recuperação por parte dos credores, bem como o resultado de sua execução.

5. Além do comentado no parágrafo 4) acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$137.260 mil e em 31 de dezembro de 2013 possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$293.035 mil e, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante consolidado em R\$348.310 mil. Essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e a base para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2013, os ativos e passivos individuais e consolidados da

Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

6. Devido ao fato da Companhia e suas controladas, dependerem da aprovação ou não do plano de recuperação judicial por parte dos credores e o sucesso da implantação do mesmo, conforme mencionado no parágrafo 4) acima, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia deveriam ser preparadas com base na continuidade normal dos negócios ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas; a realização do ativo imobilizado relacionado à atividade produtiva; e dos ativos de operações descontinuadas (vide nota explicativa No. 25); a realização dos demais ativos, bem como o pagamento de fornecedores, dos empréstimos e financiamentos, das provisões adicionais de passivos, e de todos os demais passivos, estão diretamente vinculados com a aprovação do plano de recuperação por parte dos credores e sucesso na implantação do plano e são fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano. Esses eventos aqui descritos estão fora do controle da Companhia.

7. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 4) a 6) acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impacto importante nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

8. Devido à relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 4) a 7), incluídos na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas.

Ênfase

9. Conforme descrito na nota explicativa 2 e sujeito aos efeitos das condições decorrentes da abstenção de opinião descrita no parágrafo 8) acima, informamos que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado

10. Fomos contratados para examinar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da

Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Devido a relevância dos assuntos descritos nos parágrafos 4) a 7) incluídos na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas acima referidas.

São Paulo, 14 de abril de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador CRC-1SP170652/O-1

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisão contingencia, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de sua classificação.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ✓ ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- ✓ receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas; todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.
- ✓ Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos financeiros

Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

- (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

- (b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o

maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possíveis com informações geradas pela administração da própria Companhia.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; e
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e

suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronta menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos".

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Neste sentido, em 2013 a Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado e concluiu pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são

apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Em decorrência do pedido de Recuperação Judicial os financiamentos sujeitos a essa ação estão classificados em conformidade com o Plano de Recuperação.

Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Em decorrência do pedido de Recuperação Judicial os fornecedores sujeitos a essa ação estão classificados em conformidade com o Plano de Recuperação.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros e bônus.

a) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

Impostos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item da despesas, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir estiverem atendidos para cada uma das atividades.

a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

b) Prestação de serviços

São reconhecidas no resultado quando do desfecho da prestação do serviço, bem como quando os benefícios econômicos fruirão para o tomador do serviço.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para

seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição de estimas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização de informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização de créditos tributários diferidos, impairment nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, provisão para contingências, gastos com a venda do imóvel de São Bernardo do Campo, entre outras.

a) Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 24.351 e em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 24.863.

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão de impairment para realização deste ativo. O valor contábil em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 17.064 e 31 dezembro de 2014 era de R\$ 19.714.

b) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2014.

c) Prejuízos Fiscais

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 357.492 (em 31 de dezembro de 2014, R\$228.645). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$364.464 (R\$235.010 referente ao exercício de 2014) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia conta com o departamento de Auditoria Interna, que avalia constantemente o sistema de controles internos de forma a garantir a segurança de suas operações e seus registros contábeis.

A Companhia também investe em tecnologia e capacitação de pessoal difundindo a importância da cultura de controle interno, contando com o envolvimento de todas as áreas, com o objetivo de mitigar perdas potenciais advindas de exposição a riscos e atender as melhores práticas de Governança Corporativa.

Com base nos relatórios periódicos da Auditoria Interna a Companhia julga que seu ambiente de controles internos é suficientemente confiável para impedir erros materiais em suas demonstrações financeiras. O ambiente de controles internos inclui as funções de governança e de administração e as atitudes, consciência e ações dos responsáveis pela governança e pela administração.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram registradas deficiências, mas recomendações de melhorias que a Administração avaliou e colocará em prática. Importante ressaltar que a Administração entende, com base no relatório da auditoria externa, que o grau de eficácia dos controles internos é adequado e que não comprometem as Demonstrações Contábeis da Empresa.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

a. *Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.*

Não se aplica

b. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não se aplica

c. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não se aplica

d. Contratos de construção não terminada.

Não se aplica

e. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica

f. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não se aplica

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica

- b. Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorado especificamente os seguintes tópicos:

- a. Investimentos, incluindo:**

- i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Investimentos em 2015:

Foram investidos em 2015 o montante de R\$16,8 milhões basicamente para manutenção das plantas de Rodas e Cilindros e no sistema de informática (ERP) SAP.

- ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

- h. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em dezembro de 2012 a Companhia tomou a decisão de descontinuar o negócio de aços, que operava na planta de São Bernardo do Campo, visto que vinha apresentando resultado negativo. A paralisação total da atividade deste negócio

ocorreu em Julho de 2013 e todo o ativo correspondente está disponibilizado para venda. A venda deste ativo é parte integrante do plano de recuperação judicial da companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Empresa foram abordados nos itens anteriores.

MANGELS INDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2015

(em conformidade com o disposto no art. 9º, § 1º, inciso II, da Instrução CVM 481/09 - Anexo 9-1-II)

2. No exercício social de 2015, a Companhia apurou prejuízo equivalente a R\$ 143.637.966,17 em consequência, não haverá distribuição de lucros, que ficará na conta contábil de Prejuízos Acumulados.

1. Informar o lucro líquido do exercício

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**
- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**
- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**
- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Lucro Líquido	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Lucro por ação
2015	Prejuízo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2014	Prejuízo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2013	Prejuízo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2012	Prejuízo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Nos exercícios de 2015, 2014, 2013 e 2012 não ocorreram distribuição de dividendos devido à apuração de prejuízos.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais têm um percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, acrescido de 10% do atribuído a cada ação ordinária conforme art. 6º do Estatuto Social da Companhia.

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme art. 32 do Estatuto Social da Companhia após a constituição da Reserva Legal, 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório.

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

c. Informar o montante eventualmente retido

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. Identificar o montante destinado à reserva**
- c. Descrever como o montante foi calculado**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Foi apurado prejuízo.

Não se aplica.

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

MANGELS INDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(em conformidade com o disposto no art.12, da Instrução CVM 481/09 – item 13 do Formulário de Referência)

3. Em atendimento ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481/09, informamos a proposta de remuneração dos administradores a ser deliberada na AGOE a ser realizada no próximo dia 29/04/2016.

Os membros do Conselho de Administração propõem que a remuneração anual global dos administradores, compreendendo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretoria estatutária para o período de maio de 2016 a abril de 2017, seja fixada em até R\$ 5.548.357,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído entre membros de cada órgão, conforme definido em reunião do Conselho de Administração a ser realizada com tal finalidade.

A seguir, informações sobre a remuneração dos administradores da Companhia, nos termos do item 13 do Formulário de Referência (art.12 da Instrução CVM 481/09).

ITEM 13.1

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da Hay Group, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com

a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos se dá da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração que são Diretores são remunerados apenas na função de Diretor.

b) Diretoria:

(b.1) os membros da Diretoria estatutária recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O Programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

– Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro da Mangels para ser considerado elegível.

– No SRV existem 03 indicadores:

- Indicador financeiro Mangels consolidado
- Indicador financeiro do Negócio
- Metas Individuais

(b.2) Os membros da Diretoria não estatutária recebem 13 (treze) remunerações por ano, incluindo o 13º salário. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os diretores não estatutários, além do salário mensal, recebem um valor a título de remuneração variável, conforme Programa descrito no item (b.1) anterior.

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não é inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2015, 87% corresponde a honorários fixos e 13% a remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral a remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal é reajustada anualmente ou, em prazo menor se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Hay Group.

A remuneração da Diretoria não estatutária é reajustada duas vezes ao ano:

- a) considerando a data base e o índice de convenção coletiva da categoria sindical correspondente, e
- b) por ocasião da revisão dos valores de mercado elaborado pela Hay Group.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro EBTIDA foi o indicador financeiro considerado em 2015, bem como será considerada em 2016, para determinação da remuneração variável.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Anualmente o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria é suportada pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

ITEM 13.2

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. remuneração segregada em:**
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:**
 - salário ou pró-labore**
 - benefícios diretos e indiretos**
 - remuneração por participação em comitês**
 - outros**
 - ii. remuneração variável, segregada em:**
 - bônus**
 - participação nos resultados**
 - remuneração por participação em reuniões**
 - comissões**
 - outros**
 - iii. benefícios pós-emprego**
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**
 - v. remuneração baseada em ações**
- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**
- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Remuneração reconhecida no resultado de 2013 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	5,42	1,92	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	4,42	1,92	03
Remuneração Fixa Anual	R\$	R\$	R\$
. Salário ou Pro labore	492.590	2.377.750	370.800
. Benefícios diretos e indiretos (Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde)	-	5.824	-
. Remuneração por			

participação em Comitês			
Remuneração Variável	-	-	-
. Bônus	-	0	-
. Participação nos resultados	-	-	-
. Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
. Comissões	-	-	-
. Outros	-	0	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	492.590	2.383.574	370.800
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	3.246.964		

Remuneração reconhecida no resultado de 2014 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	04	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	03	02	03
Remuneração Fixa Anual	R\$	R\$	R\$
. Salário ou Pro labore	303.600	2.236.221	370.800
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	0	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
. Bônus	-	-	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	303.600	2.236.221	370.800
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	2.910.621		

Remuneração reconhecida no resultado de 2015 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	04	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	03	02	03
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pro labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R\$ 495.000 - -	R\$ 2.292.430 - -	R\$ 370.800 - -
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- - -	- 618.505 -	- - -
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	495.000	2.910.935	370.800
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	3.776.735		

Remuneração prevista para o exercício social de 2016 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	04	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	04	02	03
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pro labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R\$ 2.468.157 - -	R\$ 1.711.200 - -	R\$ 370.800 - -
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- - -	- 998.200 -	- - -
Benefícios pós emprego	-	-	-

Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	2.468.157	2.709.400	370.800
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	5.548.357		

ITEM 13.3

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação ao bônus:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**
- d. em relação à participação no resultado:**
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração**
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração**
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas**
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais**

Membros do Conselho de Administração e Fiscal não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Empresa.

Remuneração variável no exercício de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		3.110.750	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.856.600	

. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2013		0	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	
. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2013		-	

Remuneração variável no exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.596.381	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.730.920	
. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2014		0	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	
. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2014		-	

Remuneração variável no exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.577.000	

. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.718.000	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

Remuneração variável prevista para 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 998.200	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

ITEM 13.4

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. principais objetivos do plano**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. número máximo de ações abrangidas**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. condições de aquisição de ações**

- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*
- j. critérios para fixação do prazo de exercício*
- k. forma de liquidação*
- l. restrições à transferência das ações*
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano*
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

ITEM 13.5

Informar a quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Ações emitidas pela Empresa e detidas em 31.12.15		
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	6	3.723.650
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	50.000

ITEM 13.6

Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão*
- b. número de membros*
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:*
 - i. data de outorga*
 - ii. quantidade de opções outorgadas*
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis*
 - iv. prazo máximo para exercício das opções*
 - v. prazo de restrição à transferência das ações*
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:*
 - em aberto no início do exercício social*
 - perdidas durante o exercício social*
 - exercidas durante o exercício social*
 - expiradas durante o exercício social*
- d. valor justo das opções na data de outorga*
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.7

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão***
- b. número de membros***
- c. em relação às opções ainda não exercíveis***
 - i. quantidade***
 - ii. data em que se tornarão exercíveis***
 - iii. prazo máximo para exercício das opções***
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações***
 - v. preço médio ponderado de exercício***
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social***
- d. em relação às opções exercíveis***
 - i. quantidade***
 - ii. prazo máximo para exercício das opções***
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações***
 - iv. preço médio ponderado de exercício***
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social***
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social***

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.8

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão***
- b. número de membros***
- c. em relação às opções exercidas informar:***
 - i. número de ações***
 - ii. preço médio ponderado de exercício***
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas***
- d. em relação às ações entregues informar:***
 - i. número de ações***
 - ii. preço médio ponderado de aquisição***
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas***

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.9

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação*
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*
- d. forma de determinação da volatilidade esperada*
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.10

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão*
- b. número de membros*
- c. nome do plano*
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar*
- e. condições para se aposentar antecipadamente*
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores*
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores*
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições*

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

ITEM 13.11

Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão*
- b. número de membros*
- c. valor da maior remuneração individual*
- d. valor da menor remuneração individual*
- e. valor médio de remuneração individual*

Em atenção à sentença proferida no processo nº 2010.5101002888-5, que tramita perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ, movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro, a Empresa deixa de apresentar as informações referidas neste item.

REMUNERAÇÃO FIXA			
Em 31.12.2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros			
Nº de membros remunerados em cada órgão			
. Valor anual da maior remuneração individual fixa			
. Valor anual da menor remuneração individual fixa			
. Valor anual médio de remuneração individual fixa			
Observações:			

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL			
Em 31.12.2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros			
Nº de membros remunerados em cada órgão			
. Valor anual da maior remuneração individual variável			
. Valor anual da menor remuneração individual variável			
. Valor anual médio de remuneração individual variável			
Observações:			

ITEM 13.12

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois a Empresa não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

ITEM 13.13

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2013	2014	2015
Conselho de Administração	45%	77%	67%
Diretoria	70%	74%	71%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

ITEM 13.14

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos 3 últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

ITEM 13.15

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

	2013	2014	2015
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

ITEM 13.16

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores

MANGELS INDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02

NIRE 35.300.020.171

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

(em conformidade com o disposto no art.10, da Instrução CVM 481/09 – itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência)

4. A acionista controladora Mangels S.A, indica para o Conselho de Administração, na AGOE a ser convocada para o próximo dia 29/04, os seguintes nomes: Srs. Robert Max Mangels, Mark Ross Mangels e Susan Jane Mangels Cox.

A instalação do Conselho Fiscal será deliberada em conformidade com o artigo 27 do Estatuto Social.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481/09, informamos os dados a seguir relacionados relativos nomes indicados pelo acionista controlador para o Conselho de Administração:

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela: a) nome; b) idade; c) profissão; d) CPF ou número do passaporte; e) cargo eletivo ocupado; f) data de eleição; g) data da posse; h) prazo do mandato; i) outros cargos ou funções exercidos no emissor; j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NO EMISSOR	ELEITO PELO CONTROLADOR
Robert Max Mangels	64	Industrial	939.718.508-04	Presidente do C.A.	29/05/14		29/04/16		Sim
Susan Jane Mangels Cox	56	Professora	011.652.288-74	Conselheira do C.A.	29/05/14		29/04/16		Sim
Mark Ross Mangels	61	Engenheiro Mecânico	939.718.428-87	Vice Presidente do C.A.	29/05/14		29/04/16		Sim

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Conselho de Administração

ROBERT MAX MANGELS - Diretor-Presidente de 1989 a 2015 e Presidente do Conselho de Administração desde 1991, ingressou na Mangels em 1978. É neto do fundador. Engenheiro mecânico formado pela Pennsylvania State University, com Mestrado em Administração de Empresas (MBA) pela Wharton School University of Pennsylvania. Foi Diretor-Financeiro da Empresa de 1985 a 1989, passando por vários

cargos executivos, entre eles Diretor-Administrativo-Financeiro da Divisão Aços e Superintendente da Divisão Laminação de Baixo Carbono.

Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra “b” do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

MARK ROSS MANGELS – Foi Presidente e Diretor Financeiro da BeCool Inc., Essexville, Michigan, EUA. Engenheiro Mecânico pela Faculdade de Engenharia Industrial FEI e pós graduado em Administração de Empresas na Getúlio Vargas – CEAG. Trabalhou em diversas empresas, entre elas: Empresa de Engenharia Industrial Sobenial/Planind, Coldex Trane com treinamento de 8 meses em La Crosse WI –EUA, Caterpillar Brasil Vendas/Marketing com treinamento de 2 anos em Peoria IL EUA e como Gerente de Vendas na Mangels Industrial por 11 anos e durante 4 anos gerenciou a filial nos EUA. Proprietário de uma loja de franquia Learning Express em Nova Jersey por 5 anos e em Chandler Arizona por 3 anos. Presidente da Be Cool por 8 anos. Be Cool Inc.: empresa de distribuição e marketing de radiadores e acessórios no mercado automotivo para veículos antigos. Vice Presidente do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A.

Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra “b” do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

SUSAN JANE MANGELS COX - Professora. Bachelor of Science in Education da Miami University, Oxford, Ohio. Trabalhou em diversas escolas, tais como: St. Nicholas School - São Paulo, Brasil; Yew Chung International School - Hong Kong, China; Escola Graduada de São Paulo - São Paulo, Brasil; Four Seasons - Hamamatsu, Japão; Associação Alumni - São Paulo, Brasil; International School of Bucharest – România; English School Fahaheel – Kuwait. Membro do Conselho de Administração da Mangels Industrial S.A.

Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra “b” do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administradores do emissor**

- b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

- c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

- d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Há relação de parentesco entre os Srs. Robert Max Mangels, Mark Ross Mangels e Susan Jane Mangels Cox – são irmãos. São também acionistas e administradores da Shorewood S.A., controladora indireta da Companhia. O Sr. Robert Max Mangels é

administrador das empresas Tecnopar Administradora S.A. e Mangels S.A., controladoras da Companhia, e da E. Koga & Cia. Ltda. e Mangels Componentes da Amazônia Ltda., empresas operacionais controladas.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

- b. controlador direto ou indireto do emissor**

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Os Srs. Robert Max Mangels, Mark Ross Mangels e Susan Jane Mangels Cox são acionistas e administradores da Shorewood S.A., que é controladora indireta da Companhia. O Sr. Robert Max Mangels é administrador das empresas Tecnopar Administradora S.A. e Mangels S.A., controladoras da companhia, e da E. Koga & Cia. Ltda. e Mangels Componentes da Amazônia Ltda., empresas operacionais controladas.

MANGELS INDUSTRIAL S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

PROPOSTA DE GRUPAMENTO DE AÇÕES

(em conformidade com o disposto no artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09)

I. GRUPAMENTO DE AÇÕES

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada no dia 28 de março de 2016, a submissão aos acionistas de proposta de grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia.

O grupamento de ações tem por objetivo adequar o valor de cotação das ações da Companhia ao disposto no item 5.2 do novo Manual do Emissor da BM&FBOVESPA, que veda a manutenção nos mercados organizados pela BM&FBOVESPA de ações ou certificados de depósito de ações com valor de cotação inferior a R\$ 1,00 (um real).

Nesse sentido, o item 5.2.3 do Manual do Emissor prevê que a empresa será considerada em descumprimento com a obrigação acima mencionada quando a cotação de fechamento das ações ou certificados de depósito de ações de sua emissão for inferior a R\$1,00 por 30 (trinta) pregões consecutivos, independentemente da verificação de efetiva negociação de tais ações ou certificados de depósito de ações nestes pregões.

No caso da Companhia, as ações preferenciais de sua emissão (MGEL4) foram negociadas com preço de cotação inferior a R\$ 1,00 (um real) entre os pregões do dia 14.12.2015 ao dia 29.01.16, e seguem a ser negociadas, em geral, abaixo desse patamar. As ações ordinárias (MGEL3), por sua vez, foram negociadas pela última vez em 10 de janeiro de 2012, com preço de cotação de R\$ 24,70.

Por essa razão, a Companhia recebeu, em 18.02.2016, o Ofício n.º 381/2016, enviado pela Superintendência de Acompanhamento de Empresas da BM&FBOVESPA, por meio do qual foi exigido posicionamento da Companhia com relação às providências que seriam tomadas para adequação da cotação das ações ao disposto no Manual do Emissor.

A administração da Companhia considera que o grupamento de ações é a medida mais adequada a ser tomada nesse momento para atender às exigências regulatórias. O grupamento também tem por finalidade evitar que pequenas alterações no preço de cotação das ações de emissão da Companhia representem elevadas variações percentuais, reduzindo, por conseguinte, a volatilidade do ativo.

Diante dessa situação, a Companhia entende que o grupamento de ações é medida necessária a fim de fazer com que o preço de cotação das ações preferenciais seja elevado para patamar superior a R\$ 1,00, evitando, por conseguinte, eventual aplicação de sanções pela BM&FBOVESPA.

O novo Manual do Emissor da BM&FBOVESPA, que entrou em vigor em 18.08.2014, passou a ser aplicável às empresas listadas a partir de 18.08.2015.

A administração da Companhia entende que a deliberação do grupamento de ações em assembleia geral extraordinária, a ser realizada na mesma data da assembleia geral ordinária, é medida oportuna a fim de evitar despesas e custos desnecessários com a publicação de novo edital de convocação e realização de assembleia em data diversa para deliberar a respeito apenas desta matéria, especialmente em razão da atual situação financeira da empresa.

Caso a proposta seja aprovada pelos acionistas, o capital social da Companhia passará a ser dividido em 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969 preferenciais.

Portanto, caso a proposta seja aprovada pelo acionistas, será alterado o artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a refletir o grupamento das ações, que passará a vigorar com a redação indicada abaixo:

Redação anterior	Nova redação
Art. 5º. O capital social é de R\$ 171.272.996,67 (cento e setenta e um milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), integralmente realizado e dividido em 17.349.638 (dezessete milhões, trezentas e quarenta e nove mil,	Art. 5º. O capital social é de R\$ 171.272.996,67 (cento e setenta e um milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), integralmente realizado e dividido em 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969

seiscentas e trinta e oito) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 (seis milhões, duzentas e uma mil, setecentas e trinta) ordinárias e 11.147.908 (onze milhões, cento e quarenta e sete mil, novecentas e oito) preferenciais.	preferenciais.
---	----------------

O fator de grupamento (3:1) foi definido de modo a, de um lado, buscar, tanto quanto possível, manter a cotação das ações em níveis superiores a R\$ 1,00 no longo prazo, sem, de outro lado, levar a uma redução excessiva no número de ações em que se divide o capital social.

Uma vez aprovado o grupamento, será disponibilizado Aviso aos Acionistas informando sobre a abertura de prazo de 30 (trinta) dias para que os detentores de ações ordinárias ou preferenciais em número que não seja múltiplo de 3 (três), ou que seja inferior a 3 (três) ações, possam, a seu livre e exclusivo critério, ajustar suas posições mediante negociação de ações na BM&FBOVESPA, de modo a compor lotes de ações que não gerem frações após o grupamento.

Findo o prazo de 30 (trinta) dias, as ações serão grupadas. Eventuais frações remanescentes serão identificadas, separadas e agrupadas em números inteiros e vendidas em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA. Na hipótese de restar sobras após o grupamento dos lotes, as frações remanescentes também serão vendidas em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA.

Será publicado novo Aviso aos Acionistas informando a data e horário em que o leilão será realizado. O valor líquido resultante da venda das ações/frações será disponibilizado aos respectivos acionistas por uma das seguintes formas:

- (i) para os acionistas que tiverem seus registros atualizados e neles identificada conta corrente em instituição financeira para recebimento de rendimentos, os valores devidos serão depositados em conta corrente;
- (ii) para os acionistas que tiverem suas posições consolidadas na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia da BM&FBOVESPA, os valores serão creditados diretamente a essa instituição, que se encarregará de repassá-los aos respectivos acionistas através das corretoras de valores depositantes; ou

(iii) para os demais acionistas que não tenham seus registros atualizados, os valores ficarão à disposição para recebimento pelo acionista, mediante atualização cadastral para crédito desses valores nas agências do Itaú Unibanco S.A. no território nacional, devendo tal acionista apresentar documentos comprobatórios de titularidade das ações e/ou desbloqueio das ações, conforme o caso.

A administração esclarece, por fim, que o grupamento de ações proposto, se aprovado, não acarretará qualquer alteração no valor do capital social da Companhia ou nos direitos atribuídos a cada espécie de ação de sua emissão.
